



A TRANSFORMAÇÃO DO SIAFI COMO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO INTERNA DO GOVERNO FEDERAL

The Transformation of SIAFI as an Internal Supervision System of the Federal Government

Larissa Nascimento Oliveira¹

Graduanda em Ciências Contábeis pela UniEvangélica – GO.

Anderson Carlos da Silva²

Orientador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso – GO

¹ Larissa Nascimento Oliveira - Bacharelando no curso de Ciências Contábeis pela Universidade Evangélica de Goiás (UniEvangélica) – Brasil - Email: larissakcll@gmail.com

² Anderson Carlos da Silva – Professor do curso de Ciências Contábeis da Universidade Evangélica de Goiás (UniEvangélica) – Brasil - Email: anderson.silva@docente.unievangelica.edu.br



RESUMO

Este artigo analisa a transformação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e examina como suas mudanças influenciam a fiscalização interna na administração pública federal. Para alcançar esse objetivo, utiliza pesquisa bibliográfica e documental, consultando a legislação vigente, o Manual do SIAFI, relatórios do Tesouro Nacional e produções acadêmicas que abordam a história, evolução, funcionalidades e desafios do sistema. A análise compara o contexto anterior à implantação do SIAFI com o atual, destacando avanços como centralização das informações, padronização dos registros orçamentários e financeiros, maior transparência, agilidade no processamento dos dados e suporte à tomada de decisão nos diferentes níveis da gestão pública. Os resultados evidenciam que o SIAFI moderniza a execução orçamentária, financeira e contábil, reduz falhas decorrentes de registros manuais e fortalece a governança pública ao integrar sistemas similares. O artigo conclui que o SIAFI se consolidou como instrumento estratégico para o controle e a transparência das contas públicas, embora ainda demande aprimoramentos tecnológicos e melhorias de usabilidade. Afirma, por fim, que a evolução contínua do sistema é essencial para atender às exigências crescentes da administração pública moderna.

Palavras-chave: SIAFI; Governo Federal; Fiscalização Interna.

ABSTRACT

This article analyzes the transformation of the Integrated Financial Administration System of the Federal Government (SIAFI) and examines how its changes influence internal oversight in the federal public administration. To achieve this objective, it uses bibliographic and documentary research, consulting current legislation, the SIAFI Manual, reports from the National Treasury, and academic works that address the history, evolution, functionalities, and challenges of the system. The analysis compares the context prior to the implementation of SIAFI with the current one, highlighting advances such as the centralization of information, standardization of budgetary and financial records, greater transparency, agility in data processing, and support for decision-making at different levels of public management. The results show that SIAFI modernizes budgetary, financial, and accounting execution, reduces errors resulting from manual records, and strengthens public governance by integrating similar systems. The article concludes that SIAFI has consolidated itself as a strategic instrument for the control and transparency of public accounts, although it still requires technological improvements and usability enhancements. Finally, it states that the continuous evolution of the system is essential to meet the growing demands of modern public administration.

Key words: SIAFI (Integrated Financial Administration System of the Federal Government); Federal Government; Internal Supervision.

1 INTRODUÇÃO

A evolução do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), acompanhada de suas mudanças, tem causado, nas organizações do Governo Federal, um impacto muito positivo, uma vez que, hoje, graças a esta ferramenta e ao uso das novas



tecnologias digitais, podemos saber onde os recursos estão alocados e onde poderão ser remanejados e, desta forma, como poderão ser melhor aproveitados.

Neste sentido, este artigo demonstra a transformação do SIAFI e suas funcionalidades ao longo dos anos, além de apresentar quais foram os impactos de sua adoção como Sistema de Fiscalização Interna do Governo Federal, a sua história, sua evolução, bem como relacionar os benefícios adquiridos com o advento do SIAFI e demonstrar as contribuições para a administração pública em geral.

O SIAFI é um sistema seguro que traz uma consolidação das contas públicas, principalmente, em meio as novas tecnologias presentes na sociedade. Todas as instituições públicas do Governo Federal utilizam o SIAFI, sua evolução e suas funcionalidades dentro dos órgãos da administração pública, demonstram que ele é um sistema seguro e confiável para as funções por ele exercidas, “tornando-se, desde então, um importante instrumento para o acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e contábil do Governo Federal” (BRASIL, 2025, p. 42).

Cada vez mais, com o avanço das novas tecnologias, o ser humano se depara com ambientes e situações novas, e diante destas perspectivas de mudanças e em um cenário de inovações, o Governo Federal precisa estar preparado para poder analisar as contas, verificar os custos e as despesas que possuem, tanto com pessoal quanto com fornecedores, entre outros fatores. Portanto, surge a seguinte indagação de pesquisa: como as mudanças implementadas no SIAFI influenciaram e transformaram a fiscalização interna na administração pública federal?

O SIAFI tem buscado aprimorar, cada vez mais, diante das mudanças apresentadas no sistema, retenções de impostos tais como o DARF, o DAR, a GPS, entre outros documentos.

Há uma grande importância em compreender a “Transformação do SIAFI como Sistema de Fiscalização Interna do Governo Federal”, pois todo o Governo Federal usa o mesmo e é através da consolidação destas contas que se poderá observar se a gestão pública está utilizando os seus recursos de forma correta, se as despesas com recursos humanos estão segundo a lei, entre outros fatores que são de suma importância para a gestão pública. Outros aspectos importantes são investigar as mudanças implementadas no SIAFI desde sua criação até o presente; explorar o Papel do SIAFI na Transparência Governamental e demonstrar as contribuições para a administração pública.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

Desde antes da criação do Banco Central, em 1964, e da STN (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL), em 1986, muito já era discutido acerca de questões sobre os vínculos entre o financiamento das ações estatais, a emissão de moeda e o crédito, tanto público quanto privado. A trajetória desse debate no Brasil foi marcada por crises econômicas recorrentes, períodos prolongados de alta inflação e instabilidade financeira, momentos em que tais discussões ganhavam destaque nos âmbitos econômicos e jurídicos. O ponto de intersecção entre os bancos centrais e tesouros “está no modo como receitas, despesas, dívida pública, política monetária, taxa de juros e metas de inflação se relacionam por meio dos orçamentos públicos” segundo Franco (2016, *apud* NASCIMENTO, 2023, p. 129).

Ademais, analisando a estrutura financeira brasileira em torno das décadas de 50 a 80, é notável que o país andava a esmo, financeiramente desorganizado, em diversos aspectos, possuindo multiplicidade de contas, o que acarretava defasagem na escrituração contábil e na falta de comunicação entre os setores contábil, financeiro e orçamentário. Consequentemente, tudo isso gerava desequilíbrio fiscal, ineficiência dos recursos a serem distribuídos, falta de transparência e dificuldade de controle social e financeiro.

Em 1987, criou-se o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), responsável por registrar e controlar todas as movimentações orçamentárias e financeiras da Administração Pública. Porém, até 1988, o Brasil não possuía uma conta única nacional, e os recursos públicos permaneciam fragmentados em diversas contas do Banco do Brasil, isto é, possuía uma multiplicidade de contas, sem uma administração financeira centralizada.

Contudo, com a criação da Constituição Federal em 1988, os valores arrecadados passaram a ser direcionados ao Banco Central, sob gestão do Tesouro Nacional, mantendo o Banco do Brasil como agente financeiro. Sendo assim, a partir da implementação da Conta Única do Tesouro Nacional, os recursos passaram a ser centralizados, e o SIAFI passou a registrar, de forma unificada, as entradas e saídas do dinheiro público no âmbito federal.

2.1 Histórico

Considerando a década de 80 como um período de diminuição da atividade econômica, novas medidas foram adotadas na tentativa de mudar esse cenário. O ponto de partida foi a



criação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, marcando um “grande salto na busca da transparência e do controle do gasto público” (TEIXEIRA, 2014, p. 16), por meio do Dec. nº 92.452/1986. Visando apoiar as atribuições do Tesouro Nacional, posteriormente, foi criado o SIAFI, 1987, um sistema de execução orçamentária, financeira e contábil, como um modelo altamente eficiente que “representa hoje um dos mais abrangentes instrumentos para o acompanhamento e controle da execução orçamentária financeira e patrimonial conhecidos no mundo” (TEIXEIRA, 2014, p. 17); por último, a instituição da Conta Única do Tesouro Nacional, 1988, para amparar as “disponibilidades financeiras de todos os órgãos da União, inclusive fundos, de suas autarquias e fundações” (BRASIL, 2025).

Hoje, o SIAFI “pode ser utilizado pelas Entidades Públicas Federais, Estaduais e Municipais” bem como por “entidades de caráter privado, desde que autorizadas pela STN. No entanto, essa utilização depende da celebração de convênio ou assinatura de termo de cooperação técnica entre os interessados e a STN, que é o órgão gestor do SIAFI” (BRASIL, 2025), conseguindo assim, gerenciar e organizar as suas contas públicas. Com o advento do SIAFI em 1987, houve um grande avanço na administração e organização tanto das contas públicas, fato este devido a esta grande ferramenta, quanto das contas de entidades privadas conveniadas.

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, “até o exercício de 1986, o Governo Federal convivia com uma série de problemas de natureza administrativa que dificultavam a adequada gestão dos recursos públicos e a preparação do orçamento unificado, que passaria a vigorar em 1987” (BRASIL, 2025), isso nos mostra o quanto o SIAFI tem sido uma ferramenta efetiva que auxilia a administração pública a gerir as suas contas, administrando o seu patrimônio, tanto financeiro, orçamentário e patrimonial.

Ainda com relação ao uso das técnicas rudimentares utilizadas no passado, Feijó et al (2014, *apud* LOPES, 2018), apresenta o quanto eram precárias as situações daquela época, onde o uso de métodos pouco desenvolvidos e simples demais, como os registros manuais, acarretavam na “falta de informações gerenciais em todos os níveis da Administração Pública”, no atraso médio de “45 dias entre o encerramento do mês e o levantamento das demonstrações Orçamentárias, Financeiras e Patrimoniais” na escrituração contábil, além da “inconsistência dos dados utilizados em razão da diversidade de fontes de informações e das várias interpretações sobre cada conceito”, dentre outros entraves.



2.2 Sistemas interligados ao SIAFI

O SIAFI é um programa que também está conectado, ou seja, em sintonia com outros programas do Governo Federal, Lopes (2018, p. 04), apresenta alguns em seu artigo sobre “A Evolução do SIAFI Enquanto Sistema de Controle Interno do Governo Federal”:

- Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR;
- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG;
- Sistema de Serviços Gerais - SISG;
- Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE; e
- Sistema de Patrimônio Imobiliário da União - SPIU.

2.3 Formas de acesso ao SIAFI

Teixeira (2014, p. 21) conceitua as formas de acesso ao sistema de duas maneiras: “ON-LINE – acesso direto ao sistema via teleprocessamento e OFF-LINE – acesso indireto ao sistema por Unidade de Gestão que não possua condições tecnológicas ou cujo volume de documentos não justifique a ligação on-line”. O autor pontua também que é necessário o acesso on-line, para a “execução das operações diárias de entrada e de consulta de dados” e que em algumas ações off-line, “os registros são efetuados por uma Unidade de Gestão denominada polo de digitação”.

O Manual do SIAFI (BRASIL, 2025, p.48), mostra que as Unidades de Gestão Polo de Digitação são “unidades ON-LINE responsáveis pelo processamento e fornecimento das informações enviadas pelas Unidades de Gestão OFF-LINE de sua jurisdição, devendo, portanto, disponibilizar todos os procedimentos no que se refere aos formulários e as fontes”.

De acordo com o Manual do SIAFI (BRASIL, 2025, p. 48) os formulários devem ser encaminhados pelas UG Polo de Digitação off-line, “de sua jurisdição, todos os que são utilizados por estas unidades, na forma impressa, contendo todas as instruções de preenchimento, campo a campo”; em relação às fontes, as mesmas devem ser padronizadas pelas UG Polo de Digitação, “de acordo com os modelos utilizados no capítulo 02.05.00, bem como as instruções de preenchimento contidas nos assuntos das transações correspondentes”.



2.4 Melhorias após a implantação do SIAFI

Como vantagens com a implantação do SIAFI podemos citar o que foi dito por Lopes (2018, p. 08) em seu artigo sobre a evolução do SIAFI enquanto sistema de Controle Interno do Governo Federal, assim como versa a SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (BRASIL, 2025), quais sejam, “rapidez na informação, qualidade e precisão em seu trabalho”; “agilização da programação financeira”; “a execução orçamentária passou a ser realizada dentro do prazo e com transparência, completamente integrada a execução patrimonial e financeira”; dentre outros benefícios.

Segundo Albuquerque, Medeiros e Feijó (2013, *apud* SOUZA, 2019, p. 35), o SIAFI “propicia uma grande base de dados que possibilita produzir informação permanentemente atualizada, em tempo real, para apoiar o processo de gestão em todos os níveis da administração, do operacional ao estratégico”.

Souza (2019, p. 40) afirma que “embora tais aspectos positivos possam ser considerados indicativos de que o SIAFI se configurou como um sistema útil e eficiente para a gestão de custos, aprimorando os resultados organizacionais, ainda perduram pontos de melhoria”, porém, ainda assim, o SIAFI apresenta uma maior versatilidade e rapidez no acesso e informações.

Apesar dos avanços proporcionados pelo SIAFI ao longo de sua implementação, o estudo de Souza (2019) evidencia que o sistema ainda demanda aprimoramentos contínuos para garantir maior efetividade no apoio à gestão pública. Entre esses pontos, destaca-se a necessidade de modernização da plataforma tecnológica, pois, de acordo com Castro (2009, *apud* SOUZA, 2019, p. 35) “possui limitações de instalação, de interface com o usuário e carece de facilidades que hoje estão disponíveis nos sistemas de apoio à decisão”, permanecendo assim, baseada em uma arquitetura antiga, apresentando limitações de instalação, interface pouco intuitiva e ausência de recursos mais avançados de apoio à decisão.

Soma-se a isso a recorrente lentidão no processamento das informações e as restrições ao acesso simultâneo por diversos usuários, fatores que comprometem a tempestividade da informação. Outro aspecto relevante refere-se à dificuldade de compreensão dos relatórios, uma vez que o sistema utiliza linguagem altamente técnica, exigindo treinamento até mesmo de usuários experientes.

Ademais, a comparabilidade dos dados entre exercícios distintos ainda é limitada, já que



muitos relatórios são gerados apenas com informações de um único ano, o que dificulta a superação da “incompatibilidade dos dados em decorrência da diversidade de fontes de informações”, Feijó; Pinto; Mota (2009, *apud* SOUZA, 2019, p. 34), entre outros desafios existentes à época de seu desenvolvimento.

Por fim, Souza (2019) destaca que sistemas alternativos, como SIGA Brasil e SAFin, já incorporam recursos tecnológicos mais modernos, que facilitam a navegação e interpretação das informações, indicando que o SIAFI poderia adotar soluções semelhantes, ampliando sua aceitabilidade entre os gestores públicos.

3 METODOLOGIA

Na contemporaneidade, as organizações públicas vêm buscando trabalhar cada vez mais dentro da transparência e da legalidade, levando confiabilidade para os demais setores da administração pública e para a sociedade em geral. Neste sentido, o SIAFI atua como o principal instrumento de registro, acompanhamento e controle de toda a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Governo Federal, sendo fundamental para a transparência e legalidade na administração pública.

Segundo Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa descritiva busca observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los, permitindo compreender suas características e comportamentos. Deste modo, esta pesquisa é de cunho descritivo, pois detalha a história, funcionalidades e benefícios do SIAFI, e explicativa, pois busca entender os impactos e a transformação do sistema na administração pública, pois, seguindo a mesma linha de pensamento, de acordo com Gil, (2008, p. 47) "tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos."

Ainda de acordo com Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa qualitativa busca compreender a realidade a partir de significados, percepções e processos subjetivos, valorizando a profundidade da análise em vez da quantificação, neste sentido, o tema “A TRANSFORMAÇÃO DO SIAFI COMO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO INTERNA DO GOVERNO FEDERAL” permitiu uma análise qualitativa, pois abordou fatos relacionados ao SIAFI, como a transformação histórica, impactos e benefícios de seu uso e suas contribuições para a administração pública.

A pesquisa bibliográfica propiciou a fundamentação teórica, história e evolução do SIAFI, embora haja poucos artigos científicos, teses, dissertações e publicações oficiais sobre



o sistema. Já a pesquisa documental, permitiu a análise de documentos oficiais do Tesouro Nacional, manuais do SIAFI, legislação pertinente (como a Lei de Responsabilidade Fiscal, que se relaciona com o controle), relatórios de gestão e sites governamentais para entender funcionalidades, transformação e benefícios legais/normativos.

Para responder a indagação central desta pesquisa, “Como as mudanças implementadas no SIAFI influenciaram e transformaram a fiscalização interna na administração pública federal?”, foram analisados os documentos selecionados, as informações históricas e funcionais do SIAFI foram organizadas e resumidas e o cenário anterior à implantação dele foi comparado com o atual, demonstrando a sua transformação e seus benefícios.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O “SIAFI é o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, que consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Governo Federal” (BRASIL, 2025). Ele é utilizado por todos os órgãos da Administração Pública Direta no âmbito federal, nas autarquias, fundações e empresas públicas federais e das sociedades de economia mista que estiverem contempladas no Orçamento Fiscal e/ou no Orçamento da Seguridade Social da União.

Em sua página oficial, a STN (2025) enumera claramente as dificuldades existentes antes da implementação do SIAFI, algumas delas são:

- Emprego de métodos rudimentares e inadequados de trabalho, onde, na maioria dos casos, os controles de disponibilidades orçamentárias e financeiras eram exercidos sobre registros manuais;
- Defasagem na escrituração contábil de pelo menos, 45 dias entre o encerramento do mês e o levantamento das demonstrações Orçamentárias, Financeiras e Patrimoniais, inviabilizando o uso das informações para fins gerenciais;
- Despreparo técnico de parte do funcionalismo público, que desconhecia técnicas mais modernas de administração financeira e ainda concebia a contabilidade como mera ferramenta para o atendimento de aspectos formais da gestão dos recursos públicos;
- Estoque ocioso de moeda dificultando a administração de caixa, decorrente da existência de inúmeras contas bancárias, no âmbito do Governo Federal. Em cada Unidade havia uma conta bancária para cada despesa. Exemplo: Conta Bancária para Material Permanente, Conta bancária para Pessoal, conta bancária para Material de Consumo, etc.

É perceptível que a situação era muito complicada, certamente que vários problemas administrativos surgiram com esses métodos rudimentares de trabalho e a grande defasagem



de informações, o que dificultava a gestão dos recursos públicos, tornando inviável a implantação de um orçamento unificado.

A criação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) resultou de um processo histórico marcado pela necessidade de modernização da gestão pública brasileira. Até o início da década de 1980, os registros orçamentários, financeiros e contábeis eram realizados por sistemas fragmentados e com grande diversidade de fontes de informação, o que acarretava incompatibilidade de dados, falta de padronização e significativa defasagem temporal no acesso às informações. Esse cenário dificultava o controle das contas públicas e comprometia a tomada de decisão gerencial.

Com o avanço da informatização no setor público e o fortalecimento da centralização financeira por meio da Conta Única do Tesouro Nacional, criou-se um ambiente propício ao desenvolvimento de um sistema integrado nacional. Assim, ao longo dos anos 1980, iniciou-se o processo de desenvolvimento e criação de uma plataforma capaz de consolidar, padronizar e tornar mais transparente a execução orçamentária e financeira. Esse esforço culminou, em 1987, na implantação oficial do SIAFI, criado para registrar de forma padronizada todos os atos e fatos contábeis do governo federal.

Nos anos seguintes, o SIAFI Operacional se consolidou como ferramenta fundamental para o controle diário da execução orçamentária, garantindo maior acurácia das informações. Entretanto, novas demandas de gestão levaram ao desenvolvimento do SIAFI Gerencial, criado para oferecer relatórios mais flexíveis e customizados, ampliando sua utilidade para o processo decisório. A partir dos anos 2000, tornou-se base para diversos sistemas complementares, como o SIGA Brasil, o Portal da Transparência e ferramentas de controle externo, fortalecendo sua posição como núcleo informacional do setor público.

Apesar de sua relevância, o sistema passou a enfrentar desafios associados à plataforma tecnológica, à comprehensibilidade e à tempestividade, o que motivou esforços contínuos de modernização. Assim, a evolução do SIAFI reflete um movimento histórico de aprimoramento da governança pública, baseado na integração de dados, na transparência e no fortalecimento da capacidade gerencial do Estado brasileiro.

Além disso, a utilização dos recursos do Tesouro Nacional tornou-se otimizada e a execução orçamentária e financeira realizada com transparência e respeito aos prazos, além da facilidade de recolhimento de impostos, taxas e apuração de irregularidades.



Em síntese, as considerações apresentadas permitem afirmar que o SIAFI desempenha papel estratégico na administração pública brasileira e continuará sendo fundamental para o fortalecimento da governança, da responsabilidade fiscal e da transparência estatal. Sua evolução histórica demonstra que, apesar dos avanços, há espaço significativo para aprimoramentos, cuja efetivação dependerá do alinhamento entre tecnologia, capacitação dos usuários e compromisso institucional com a melhoria contínua.

5 CONCLUSÃO

A trajetória de criação e consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) evidencia um movimento contínuo de modernização da gestão pública brasileira. Desde sua implantação em 1987, o sistema representou uma ruptura significativa com o modelo anterior, marcado pela fragmentação das informações, pela incompatibilidade de dados e pela ausência de mecanismos eficientes de controle. Ao centralizar, padronizar e integrar os registros orçamentários, financeiros e contábeis, o SIAFI tornou-se instrumento fundamental para a acurácia das informações e a eficiência administrativa.

Ao longo das décadas, sua consolidação revelou tanto potencialidades quanto desafios. Por um lado, o sistema se firmou como referência nacional na geração de dados confiáveis, servindo de base para diversas iniciativas de transparência, controle social e apoio à tomada de decisão. A criação do SIAFI Gerencial ampliou ainda mais essa capacidade ao permitir análises mais detalhadas e flexíveis. Por outro lado, limitações relacionadas à usabilidade, à estrutura tecnológica e à comprehensibilidade das informações demonstram a necessidade constante de inovação e aprimoramento.

Dessa forma, a análise histórica do SIAFI demonstra que sua importância ultrapassa a dimensão operacional, alcançando o campo da gestão estratégica e da política pública. O sistema não apenas racionalizou processos internos do Estado, mas também contribuiu para uma administração pública mais transparente, integrada e orientada para resultados. Seu desenvolvimento contínuo, portanto, permanece essencial para acompanhar as demandas crescentes da sociedade e para promover uma gestão pública cada vez mais eficaz, moderna e responsável.



6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 347, de 21 de Nov de 1991. *Determina a utilização dos Sistemas SIAFI e SIAPE no âmbito do Poder Executivo Federal.* Brasília, DF, nov.1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D347.htm Acesso em: 15 abril 2025.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual do SIAFI.** Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2025. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/cosis/manuais/siafi> Acesso em: 24 maio 2025.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Gestão da Conta Única,** Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/execucao-orcamentaria-e-financeira/programacao-financeira/gestao-da-conta-unica> Acesso em: 24 maio 2025.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **O que é o SIAFI?,** Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/siafi/historia-e-estrutura/o-que-e-o-siafi> Acesso em: 24 maio 2025.

_____. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Sobre o Tesouro Nacional.** Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2025. Disponível em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/sobre-o-tesouro-nacional> Acesso em: 16 abril 2025.

FEIJÓ, Paulo Henrique et al. **Curso de SIAFI:** Uma Abordagem Prática da Execução Orçamentária e Financeira, 3^a edição, Volume I, Brasília: Gestão Pública, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOPES, Alessandra Ávila Lins. **A Evolução do SIAFI Enquanto Sistema de Controle Interno do Governo Federal.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 07, Vol. 04, pp. 40-50, julho de 2018.

NASCIMENTO, Leandro Maciel do. **A Relação entre o Banco Central do Brasil e o Tesouro Nacional em Perspectiva Jurídica:** da conta-movimento e do orçamento monetário ao regime de autonomia. *Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central*, v. 17, n. 1, p. 127, 2023

SOUZA, Wellington. **Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI):** nos tempos atuais pode ser considerada uma boa ferramenta para executar e gerenciar as finanças do setor público? – Brasília, 2019.

TEIXEIRA, Alex Fabiane. **Gestão do orçamentária e financeira:** apostila. Brasília: ENAP, 2014.